



O AGRONEGÓCIO NO SUDESTE PARAENSE E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

THE AGRIBUSINESS IN THE SOUTHEAST PARADISE AND WORK RELATIONS

Rogério Rego Miranda

Geógrafo, doutor em Geografia Humana, Professor da Faculdade de Geografia da
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Pará

rogeriomir@unifesspa.edu.br

RESUMO

Neste estudo, discutiremos sobre as relações de trabalho desenvolvidas no sudeste paraense, com destaque ao trabalho escravo, o qual, embora seja uma relação social de um momento histórico-geográfico anterior ao período atual, é condição para a reprodução ampliada do capital nas atividades de mineração, soja e, principalmente, pecuária, *commodities* negociadas no mercado internacional.

Palavras-chave: Agronegócio; Trabalho Escravo; Sudeste Paraense.

ABSTRACT

In this text we will discuss the work relations developed in Southeast Pará, with emphasis on slave labor, which, although it is a social relationship of a historical-geographical moment prior to the current period, was or still remains as a condition for the expanded reproduction of the capital in the activities of mining, soybeans and mainly of livestock, all commodities traded in the international market.

Key words: Agribusiness; Slave Labor; Southeast Pará.

INTRODUÇÃO

Comumente, a Amazônia é descrita como uma região de fronteira e suas adjetivações, quais sejam, fronteira demográfica, agrícola, econômica, dentre outras. Centraliza-se o olhar sobre os processos de modernização do seu território, como se nele tudo estivesse por se realizar, e o define como um “espaço liso”, em que o “novo” está em franco desenvolvimento, invisibilizando os diversos sujeitos sociais que produziram e ainda lutam pelo/no território amazônico.

Essa visão unilateral obscurece os conflitos provenientes do agravo das desigualdades e violências vivenciadas cotidianamente pelos grupos sociais expropriados e/ou subjugados, tais como quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, camponeses etc.

Uma dessas facetas da modernização refere-se ao “agronegócio”, mas ele será discutido por nós a partir da análise da fronteira, na perspectiva de Martins (1997), para o qual a fronteira é marcada pelo encontro e desencontro de temporalidades, representativas de tempos sociais que, embora “nascidas” em momentos históricos diferentes, coexistem entre si



assimetricamente, numa relação de “descompasso e desencontro”. Essas temporalidades – e por que não dizer territorialidades – reconstróem concepções de sociedade que entram em disputa entre si, criando projetos territoriais que possuem naturezas diferenciadas, mas articuladas.

Uma dessas temporalidades que se reproduz contraditoriamente no desenvolvimento capitalista moderno da Amazônia corresponde àquela materializada na figura do escravo, que se articula e é condição da reprodução capitalista no setor do agronegócio, conforme iremos discutir posteriormente, a partir da realidade do sudeste paraense.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUDESTE PARAENSE A PARTIR DAS DINÂMICAS ECONÔMICAS: MINERAÇÃO, SOJA E PECUÁRIA

Até o final da década de 1950, o sudeste paraense apresentava sua economia baseada principalmente no extrativismo da castanha-do-pará, recurso exportado na época para a Europa e os EUA.

A pecuária era uma atividade intermediária realizada nos castanhais. O gado era criado para servir de alimento local. Por conta disso, poucos realizavam a prática da criação bovina, o que levou o Estado a incentivar essa atividade para o abastecimento interno do país, entretanto a maior parte da carne consumida continuava a ser importada. A mineração, por seu turno, era complementar à castanha, mas se localizava em pontos específicos e por períodos curtos, originando as currutelas às margens do Araguaia e do Tocantins. Dentre os minérios, destacam-se o diamante no leito dos rios, especialmente em Marabá, entre os anos 1930 e 1940 (VELHO, 1981).

A partir de 1960, com a modernização implementada na Amazônia pelo Estado civil-militar (1964-1985), uma série de projetos agropecuários e minerais é desenvolvida na região, e, em sua grande maioria, localizada no sudeste paraense. Nesse contexto, com o franco declínio da economia da castanha, há igualmente um enfraquecimento das elites locais, ao menos economicamente, especialmente com a federalização de 100 quilômetros das margens das estradas da União e de incentivos fiscais e creditícios concedidos às grandes empresas estrangeiras e fazendeiros do Centro-Sul.

Dentre os projetos agropecuários e minerais, os principais foram: Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); Projeto Grande Carajás (PGC) compostos por: Projeto Ferro Carajás – Parauapebas/PA, exploração de ferro gusa; Albrás-Alunorte – Barcarena/PA, exploração de Alumínio; Alumar – São Luiz/MA, exploração de alumínio; Usina Hidrelétrica de Tucuruí – Tucuruí/PA, geração de energia aos grandes



projetos; Projeto Jarí – cidades de Monte Dourado (Pará), Laranjal do Jari (Amapá), Vitória do Jarí (Amapá) e Almeirim (Pará), exploração de bauxita e celulose; Projeto Trombetas – Oriximiná/PA, exploração de bauxita; Serra Pelada – Curionópolis/PA, exploração de ouro.

Nesse momento, o espaço agrário amazônico passou por intensas transformações. Nas margens das estradas de rodagem, em locais de assentamento de migrantes oriundos do Nordeste, provenientes de projetos públicos de colonização (Projetos Integrados de Colonização), implementou-se a agropecuária. O principal agente beneficiado acabou por ser o empresário, em sua maior parte externo à própria região, especialmente em função dos fortes incentivos fiscais e isenção de impostos concedidos pelo governo federal, por meio de Decretos-leis (DL nº 4216 regulamentada pela emenda Constitucional nº 18, artigo 17, de 1965) e Programas do Plano Quinquenal da Sudam (1967-1971), garantindo o aumento e a regularização de terras em posse de agentes nacionais e internacionais (ASSIS, 2007).

Nesse ínterim, segundo Assis (2007), muitas das antigas áreas de castanhais que eram concentradas nas mãos de poucos “donos” foram alvos de “ocupações reprimidas” (MARIN; EMMI, 1997) desenvolvidas por posseiros, desencadeando uma série de conflitos violentos na região.

Com o objetivo de cuidar dos assuntos fundiários, foi criado o Grupo Executivo de Terras do Araguaia (GETAT) em 1980, atuando principalmente no “Bico do Papagaio” (compreendendo as terras ao sul e sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte de Goiás – que posteriormente foi anexada ao Tocantins), nos arredores de onde foi implantado o Programa Grande Carajás, que, aliás, teve suas terras e projetos infraestruturais protegidos exatamente pelo GETAT.

Esse órgão se sobrepôs às ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e desenvolveu medidas coercitivas junto aos posseiros, sendo desfeito apenas em 1989, momento em que o INCRA retoma suas atividades normais e implementa uma série de assentamentos, mediante a desapropriação de castanhais no sudeste paraense.

Essas medidas constituíram-se, em verdade, mais um arranjo político do então Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário Jader Barbalho e os fazendeiros, com destaque aqueles da família Mutran, visto que esses receberam pelas suas áreas uma vultosa indenização e o primeiro ratificou suas pretensões eleitorais, tornando-se governador do estado do Pará.

Esse contexto histórico-geográfico contribuiu para o aprofundamento da concentração fundiária existente hoje no sudeste do Pará. De acordo com o censo agropecuário de 2017, na



sub-região em questão temos 34.312 estabelecimentos (53,09%), com uma área maior do que zero e menor do que 50 hectares, que somam um total de 1.021.654 hectares de terra (6,46%); estabelecimentos de 50 a menos de 100 hectares são em número de 13.205 (20,43%), que apresentam juntos 1.007.899 hectares (6,37%); estabelecimentos de 100 a menos de 200 hectares perfazem 7.649 (11,83%), compreendendo a 1.087.583 hectares (6,88%); no estrato de 200 a menos de 500 hectares, existem 5.476 propriedades (8,47), que correspondem a 1.709.507 hectares (10,82%); entre 500 a menos de 1000 hectares, há 1.828 estabelecimentos (2,82%), que juntos representam 1.317.017 hectares (8,33%); no que se refere aos estabelecimentos de 1.000 a menos de 2.500 hectares, esses totalizam 1.363 (2,10%) e perfazem 2.134.535 hectares (13,51%); por fim, na outra ponta, temos aqueles com áreas territoriais superiores a 2.500 hectares, que correspondem a 795 estabelecimentos (1,2%), representando 6.528.232 hectares (41,32%).

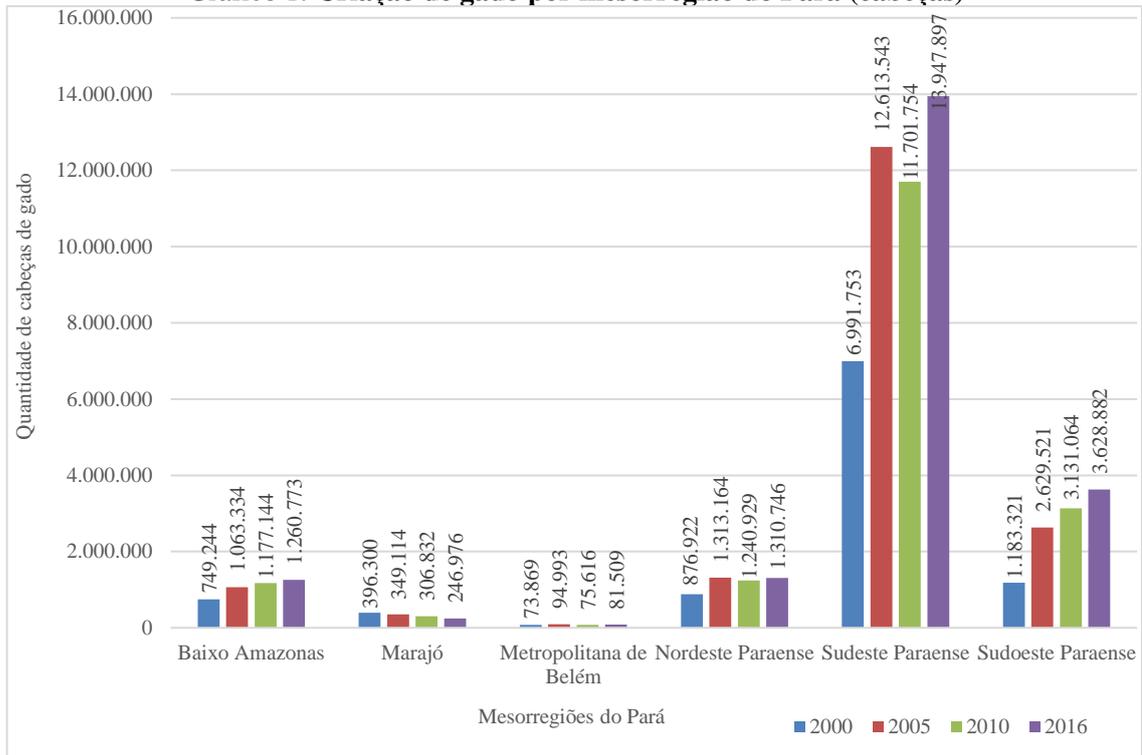
Os estabelecimentos entre 1.000 e 2.500 e acima de 2.500 hectares representam 3,3% das propriedades do sudeste paraense, entretanto concentram 54,83% do espaço agrário. Geralmente, correspondem a fazendas nas quais se destacam a criação de gado e, mais recentemente, a soja, conforme veremos posteriormente.

O Gráfico 1 representa a quantidade de cabeças de gado no Pará e suas mesorregiões. Nele, destaca-se visivelmente que a produção bovina do estado se eleva em grande medida em decorrência do aumento da pecuária no sudeste paraense, ou seja, no ano de 2000, existiam no território paraense 10.271.409 cabeças, das quais 6.991.753 estavam localizadas na porção sudeste, compreendendo a 68,07% do total que é produzido no estado, fato que se repete nos anos subsequentes. Nota-se que, em 2016, no Pará dobrou o número, chegando a 20.476.783 cabeças de gado, sendo 13.947.897 situadas no sudeste paraense, apresentando essa mesorregião 68,11% do total que é produzido.

O *ranking* dos principais municípios produtores de gado no Pará se encontra no Mapa 1, no qual destacamos o crescimento acima da média em São Félix do Xingu, figurando como o detentor do maior rebanho bovino do Brasil, com 2.200.338 cabeças, além de Marabá, que alcançou a marca de 1.072.999 cabeças e o quinto maior rebanho do país.

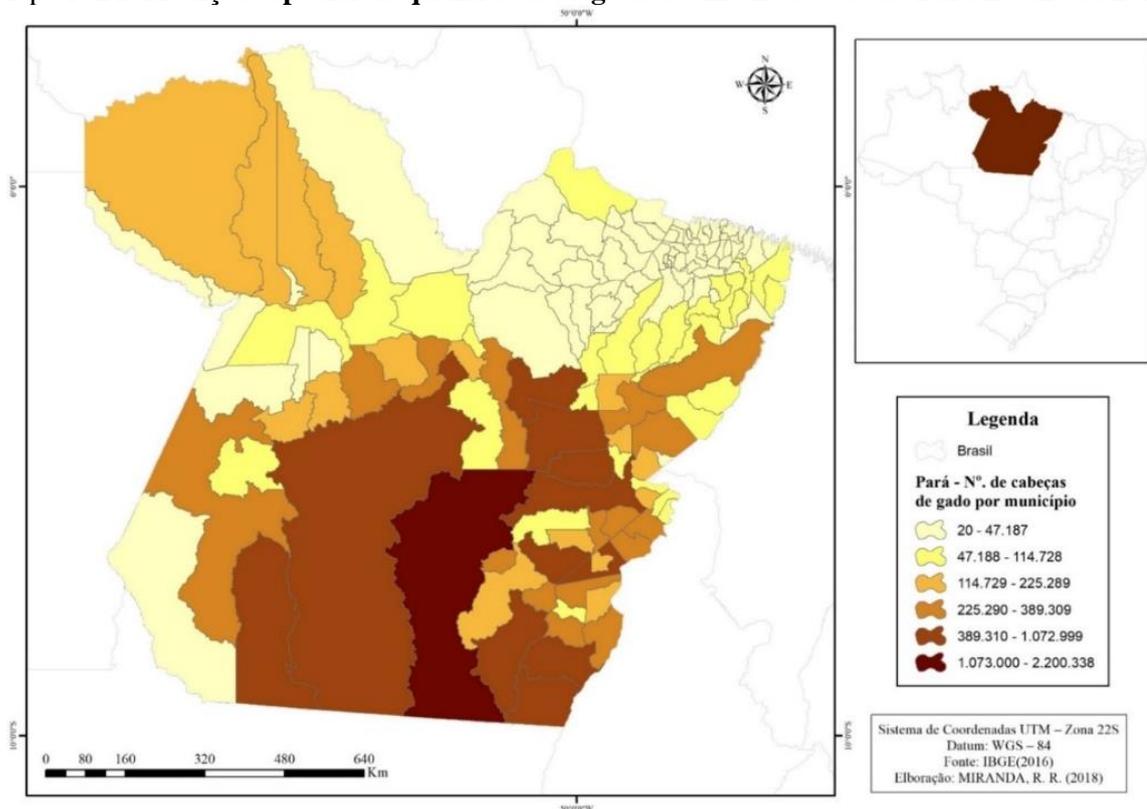


Gráfico 1: Criação de gado por mesorregião do Pará (cabeças)



Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2005; 2010; 2016).

Mapa 1: Distribuição espacial da quantidade de gado bovino no estado do Pará no ano de 2016



Fonte: Adaptado de IBGE (2016).



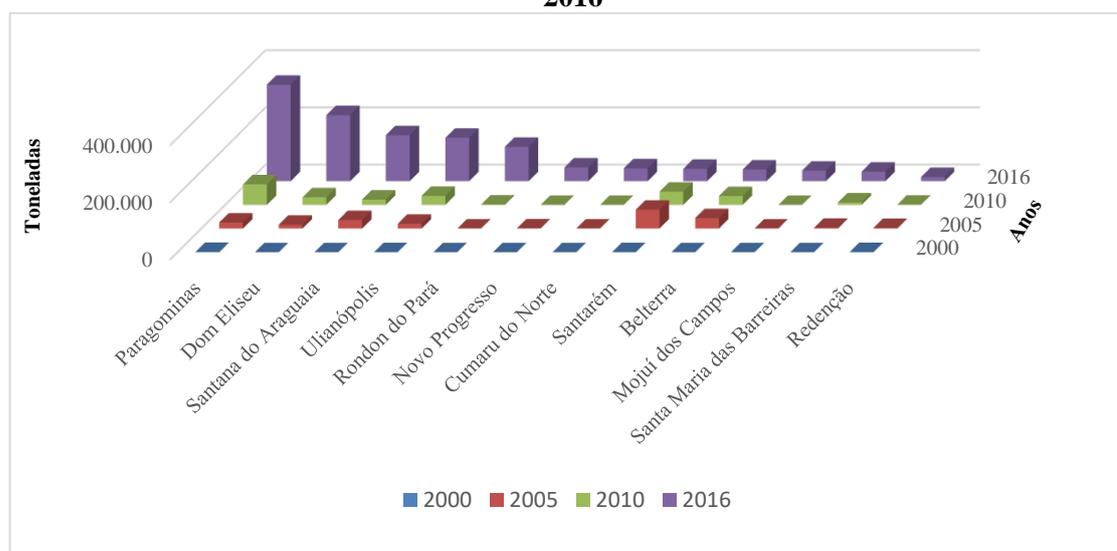
Outra atividade que destacamos é o cultivo da soja. O seu incremento no estado do Pará é relativamente recente; advém do final da década de 1990, mas avança exponencialmente a partir dos anos 2000, conforme podemos observar na Tabela 1. Ela indica o aumento significativo desse cultivo nos anos 2000, 2005, 2010 e 2016 por mesorregião produtora. Salienta-se que o sudeste paraense ocupa o primeiro lugar na produção, com destaque aos municípios de Paragominas, Dom Eliseu, Santana do Araguaia, Ulianópolis, Rondon do Pará, Cumarú do Norte, Santa Maria das Barreiras e Redenção; em seguida, vem a mesorregião do Baixo Amazonas, no qual os municípios de Santarém e Belterra se sobressaem; em terceiro lugar, aparece o sudoeste paraense, em que se destaca o município de Novo Progresso; por fim, temos o nordeste paraense, porém com uma produção pouco expressiva se comparada às sub-regiões assinaladas acima e não possui municípios que produzem regularmente e em grande volume, conforme vemos no Gráfico 2.

Tabela 1: Quantidade produzida de soja (Toneladas) por mesorregião – 2000, 2005, 2010 e 2016

Mesorregião	2000	2005	2010	2016
Sudeste Paraense	2.157	91.959	164.312	1.115.559
Baixo Amazonas	135	105.540	77.166	122.871
Sudoeste Paraense	310	1.883	1.728	54.618
Nordeste Paraense	0	4.920	410	11.550

Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2005; 2010; 2016)

Gráfico 2: Principais municípios produtores de soja no Pará entre os anos de 2000, 2005, 2010 e 2016

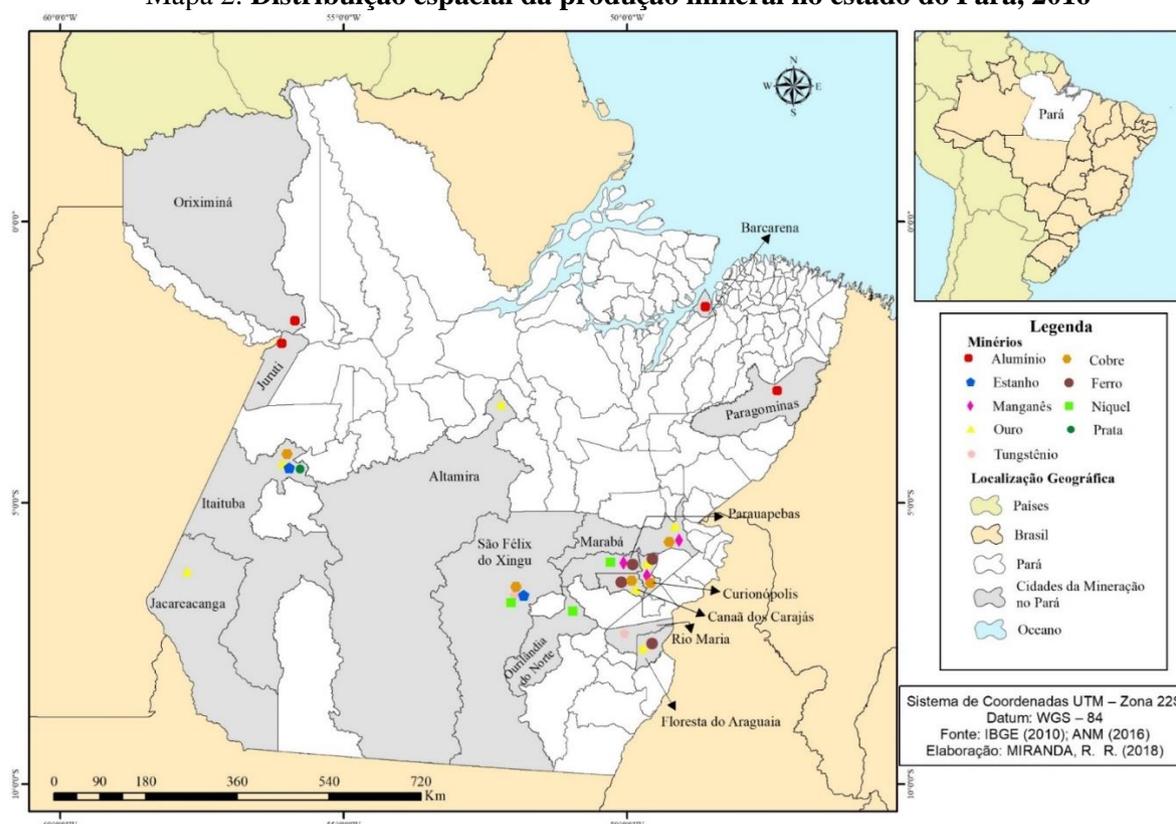


Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2005; 2010; 2016).



Por fim, mas não menos importante, sublinhamos a produção mineral no estado do Pará, a qual pode ser visualizada no Mapa 2, em que temos a distribuição espacial, por município, da extração de ouro, prata, cobre, ferro, tungstênio, níquel, manganês, estanho e alumínio. Entretanto, para efeito deste trabalho, destacaremos a produção de ferro que se realiza no sudeste paraense (ver Tabela 2 e 3), em especial nos municípios de Floresta do Araguaia, Parauapebas, Curionópolis e Canaã dos Carajás, em que a empresa Vale S.A praticamente monopoliza a exploração.

Mapa 2: Distribuição espacial da produção mineral no estado do Pará, 2016



Fonte: Adaptado de ANM (2016)

Tabela 2: Produção do minério de ferro em toneladas no Pará, 2010 e 2012

Município	Empresa	Produção Bruta 2010	Produção Contida 2010	Produção Bruta 2012	Produção Contida 2012
Floresta do Araguaia	Mineração Floresta do Araguaia S/A	748.233	486.351	653.968	425.079
Parauapebas	Vale S A	110.600.914	73.582.788	117.269.596	75.803.066
Curionópolis	Vale S A	0	0	0	0
Canaã dos Carajás	Vale S A	0	0	0	0
Total		111.349.147	74.069.139	117.923.564	76.228.145

Fonte: Adaptado de ANM (2016)

Obs: A produção bruta de minério (ROM) é a quantidade de minério bruto produzido no ano, obtido diretamente a mina, sem sofrer qualquer tipo de beneficiamento, enquanto o produto contido representa a quantidade de metal e/ou mineral de interesse econômico, inserido na produção bruta.



Tabela 3: **Produção do minério de ferro em toneladas no Pará, 2014 e 2016**

Município	Empresa	Produção Bruta 2014	Produção Contida 2014	Produção Bruta 2016	Produção Contida 2016
Floresta do Araguaia	Mineração Floresta do Araguaia S/A	517.000	336.050	0	0
Parauapebas	Vale S A	116.066.639	74.688.882	159.919.774	104.313.673
Curionópolis	Vale S A	2.252.991	1.438.009	4.245.702	2.631.416
Canaã dos Carajás	Vale S A	0	0	380.138	252.480
Total		118.836.630	76.462.941	164.545.614	107.197.569

Fonte: Adaptado de ANM (2016)

Nas tabelas acima, evidencia-se uma produção substancial de ferro, especialmente pela Vale S.A., que em 2010 possuía uma produção anual de 110.600.914 toneladas de ferro e passou a produzir no ano de 2016 um total de 164.545.614 toneladas desse minério. Trata-se de um aumento considerável de 53.944.700 em apenas seis anos.

A empresa supracitada é a principal responsável pela comercialização do ferro nacionalmente e no sudeste paraense supre as siderúrgicas com a matéria-prima, localizadas no Distrito Industrial de Marabá (DIM), sendo que, de acordo com Santos (2015), existiam cerca de 11 siderúrgicas até 2008 nesse local. Em virtude da crise econômica naquele mesmo ano, provocada pelo colapso do mercado imobiliário americano, instala-se uma crise no setor siderúrgico dos EUA, o qual importava o ferro-gusa do DIM, que reduz drasticamente a comercialização com as siderúrgicas paraenses, além do preço do minério cair pela metade. Esse fato concorreu para a diminuição dos postos de trabalho e, finalmente, o fechamento de várias siderúrgicas em Marabá, restando apenas quatro no ano de 2014.

A produção do ferro-gusa pelas siderúrgicas, por seu turno, implica na forte utilização de carvão vegetal como matriz energética, que apresenta duas consequências importantes: uma corresponde ao avanço do desmatamento e a outra refere-se ao uso do trabalho escravo para a obtenção do carvão, fenômeno que culminou em uma reportagem do Instituto Observatório Social (2011).

O avanço da mineração e do agronegócio no sudeste paraense, direta ou indiretamente, acaba contribuindo para o aparecimento de formas violentas de trabalho, dentre elas o trabalho escravo, que será discutido a seguir.



AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DA MINERAÇÃO E DO AGRONEGÓCIO NO ESPAÇO AGRÁRIO DO SUDESTE PARAENSE

Inicialmente, apresentamos as três principais formas de materialização do capital no sudeste do Pará, ou seja, as atividades minerais, a pecuária e, atualmente, a soja. Mas a questão central é identificar que essas formas de acumulação do capital só são possíveis por meio de relações de precarização do trabalho como condição de acumulação de capital, a partir da extensa violação do corpo e dos direitos sociais do trabalhador, com o caso extremo do trabalho escravo.

Partindo dessa premissa, salientamos a centralidade do trabalho para compreendermos a realidade em relevo. Segundo Thomaz Júnior (2002, p. 3, grifos nossos):

O trabalho sob o enfoque geográfico é compreendido por nós, pois, como expressão de uma **relação metabólica entre o ser social e a natureza**, sendo que nesse seu ir sendo ou em seu vir a ser está inscrita a **intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem**. A dupla linha de ação entre a ideação, a previsibilidade (a finalidade), enfim a teleologia (inexistente na natureza), e a materialidade fundante (causalidade), formam uma conexão interativa que solda a práxis ontológica do trabalho diante do agir societal.

As premissas delineadas acima são oriundas das propostas analíticas de Lukács (2013), para o qual a compreensão ontológica do ser social deve ser realizada pelo trabalho, que apresenta o caráter de transição, correspondendo a uma inter-relação entre a sociedade e a natureza (orgânica e inorgânica), assinalando a passagem do homem biológico ao social.

O trabalho é o meio pelo qual o homem transforma a natureza e, nesse processo, acaba igualmente se transformando. Logo, torna-se condição da reprodução social por ser o elemento de mediação entre o homem e a natureza, além de possibilitar o desenvolvimento da capacidade criadora e da produção coletiva. É por meio do trabalho que a sociedade satisfaz a suas necessidades e cria outras, historicizando a natureza e estabelecendo com ela uma relação orgânica (LOURENÇO, 2009).

O ser social se desenvolve através da dupla transformação – homem e natureza – e da conformação da práxis social que acarreta em um movimento indissociável entre subjetividade (idealização do produto e do processo) e a objetividade (produto da ação ou a natureza modificada), existindo uma relação orgânica, pois é pelo trabalho que o homem traduz as suas objetivações dos produtos idealizados e de si próprio. Entretanto, no capitalismo, a liberdade, os valores e as crenças relativas ao trabalho são redefinidos em favor da acumulação e da lógica



produtiva, concorrendo para o estranhamento do trabalho ao ser subordinado ao capital e a sua alienação à medida que o homem é relegado à condição de força de trabalho. Nesse sentido, transforma-se em mercadoria a ser trocada por salário, com a apropriação do seu excedente, materializado na mais-valia, por aqueles que detêm os meios de produção (LOURENÇO, 2009).

Antunes (1995), ao analisar a sociedade capitalista hoje, avalia que o trabalho ganha cada vez mais centralidade, porém se apresenta multifacetado e heterogêneo, especialmente com o avanço da globalização. Ou, nos termos de Harvey (1999), da acumulação flexível, que é marcada por uma maior flexibilidade dos processos de trabalho, da produção e do consumo, com o aparecimento de novos setores produtivos e outras formas de oferta de serviços financeiros e alcance maior dos mercados, além de um exponencial crescimento nas inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais. Essa acumulação implica em alterações cada vez mais rápidas nos padrões de desenvolvimento desigual, fato que ocorre entre setores e regiões geográficas, havendo um incremento do emprego na área de serviços e um aumento do complexo industrial em países subdesenvolvidos, porém de forma seletiva.

Desse modo, há um aumento substancial da especialização dos territórios, base das complementaridades regionais que seguem uma vasta tipologia produtiva que é técnica, mas também socioeconômica. Desse modo, há uma subdivisão e diferenciação elevadas das produções que são cada vez mais capitalistas (SANTOS, 2005).

Com efeito, essa instância técnica do território, pela sua condição seletiva, por parte dos atores hegemônicos, articula-se dialeticamente com o estado da política, pois essa seletividade espacial, desses objetos técnicos e informacionais, compreende o princípio da hierarquia, na medida em que os outros lugares são avaliados e devem se reportar àqueles constituídos de técnicas hegemônicas (SANTOS, 2002).

Outro aspecto que Harvey (1999, p. 140) nos chama atenção refere-se ao que ele denomina de compressão do espaço-tempo em que

Os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado.

Como parte desse processo da globalização, por um lado, ocorre uma diminuição considerável do operariado industrial e fabril, principalmente devido ao desemprego estrutural. Por outro lado, contraditoriamente, há um crescimento do subproletariado devido às diversas



formas do trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, geralmente articulado com a economia informal e o setor de serviços, concorrendo para os processos de: heterogeneização – maior participação das mulheres no mercado de trabalho; complexificação – a entrada da mulher no mercado do trabalho complexifica ainda mais o debate da consciência de classe, que envolve relações de identidade e heterogeneidade e agora se amplia para a questão entre classe e gênero; e fragmentação do trabalho – exigência de força de trabalho mais qualificada para determinados ramos e/ou setores produtivos, assumindo o trabalhador atividades específicas ou polivalentes, enquanto em outros setores não, empregando aqueles que são considerados desqualificados, assumindo a forma de trabalhadores temporários, parciais, subcontratados, terceirizados e da economia informal, concorrendo para a segmentação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2002).

Segundo Thomaz Júnior (2002), quando se fala de classe trabalhadora, especialmente no Brasil, ela integra o conjunto de trabalhadores que vivem da sua força de trabalho: aqueles que apresentam uma relativa autonomia quanto à sua inserção no circuito mercantil, como os ambulantes; os trabalhadores que são proprietários ou não dos meios de produção, entretanto inseridos na informalidade, a exemplo dos diversos tipos de trabalhadores familiares envolvidos na agricultura, embora subordinados ao capital; os camponeses; os sujeitos que lutam pela terra, a exemplo dos camponeses desterrados e outros segmentos; e os demais trabalhadores que vivem precariamente, igualmente com o emprego do trabalho familiar, da comercialização de artesanatos, pescados.

A precarização dessa classe trabalhadora apresenta formas históricas e territoriais diferenciadas ao longo do processo de desenvolvimento capitalista. Atualmente, ela vem apresentando um significativo aumento em termos quantitativos, mas de maneira heterogênea e fragmentada, assumindo diferenciações nos territórios, com elevado grau de precarização nos lugares onde as políticas sociais e de proteção aos direitos são menos eficientes (THOMAZ JÚNIOR, 2006).

Esse debate é central para a compreensão da acumulação de capital desenvolvida no sudeste paraense, a qual está intrinsecamente articulada ao capitalismo financeiro, por se tratar de *commodities* (minérios, gado selecionado e soja).

Brandão (2010) entende que a acumulação de capital deve ser interpretada como uma revolução em processo permanente, com transformações internas de suas bases, homogeneizando e hierarquizando relações, porém diferenciando estruturas e mercantilizando



tudo, apresentando instrumentos novos de renovação e de autoexpansão e construindo condições materiais de diferenciação e heterogeneidade que possibilitem distintas vantagens.

Nesse processo de acumulação, estão presentes formas de expropriação comuns ao que Marx (2002) denominou de acumulação primitiva, que é anterior à acumulação capitalista, todavia é condição para ela, que constitui o “processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 2002, p. 828), o qual é marcado pela violência, apropriação privada e precarização extrema das relações de trabalho.

Segundo Brandão (2010), essa acumulação primitiva e suas formas de predação, violência e degradação social não correspondem a uma fase do modo de produção, mas uma forma coexistente com a acumulação capitalista.

Harvey (2004), ao examinar a acumulação primitiva discutida por Marx, identifica uma gama de processos como a mercantilização e apropriação privada da terra e a expulsão de populações camponesas, mas que só foram levados a cabo pela ação do Estado, que possui o monopólio da violência e as definições de legalidade, papel ainda hoje crucial ao desenvolvimento do capitalismo. Essas características da acumulação primitiva persistem na geografia histórica do capitalismo até o presente momento, a exemplo da expulsão de camponeses; a existência de um proletariado sem terra; a privatização de bens antes considerados coletivos; a supressão de produções e consumos familiares; a substituição da produção agropecuária familiar pelo agronegócio; e o uso da mão de obra escrava.

A acumulação primitiva envolve um duplo processo de “[...] apropriação e cooperação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão” (HARVEY, 2004, p. 122). Dessa feita, o “[...] resultado é muitas vezes deixar vestígios de relações sociais pré-capitalistas na formação da classe trabalhadora, assim como criar diferenciações geográficas, históricas e antropológicas no modo de definir a classe trabalhadora” (HARVEY, 2004, p. 122).

Pelo fato da acumulação primitiva perdurar e não corresponder a um momento do processo de desenvolvimento do capitalismo, Harvey (2004) vai denominar de acumulação por espoliação. Ela tem relação com a crise de sobreacumulação (excedentes de capital ociosos), pois possibilita a liberação de ativos com custos muito baixos, os quais podem ser apossados pelo capital sobreacumulado, dando-lhes lucratividade.

No caso da acumulação primitiva, no período descrito por Marx, haveria a apropriação privada da terra e a expulsão daqueles que nela viviam, tornando-os proletários sem terra, com a conseqüente transferência da terra para a acumulação do capital. No contexto atual, a



privatização abre margens para a apropriação do capital sobreacumulado, além da desvalorização de ativos de capital e da força de trabalho, proporcionadas por algum tipo de crise, que em geral é administrada para racionalizar o sistema, no qual é orquestrada pelo capital e executada pelo Estado. Com efeito, existe uma relação umbilical entre a acumulação por espoliação e a reprodução expandida do capital (HARVEY, 2004).

Ao pensar essas premissas analíticas para a região amazônica, percebemos que nela, como em outros pontos do território nacional, a acumulação por espoliação se manifesta por diversas maneiras, a exemplo da grilagem de terras (apropriação ilegal de terras públicas por meio de documentação falsa), onde só no estado do Pará existia, em 2001, aproximadamente 30 milhões de hectares grilados (SAUER, 2005), em geral utilizados para a exploração madeireira, produção agropecuária e especulação, concorrendo para a expropriação de diversos sujeitos sociais.

Outra forma de espoliação em curso corresponde ao que Almeida (2009) denomina de agroestratégias, em que a territorialização do capital na atualidade se realiza a partir de estratégias de empresas atreladas ao setor de *commodities* de grãos e minérios. O objetivo é retirar obstáculos existentes na área jurídico-legislativa e representados pelos povos tradicionais (quilombolas, indígenas, fundo de pastos, camponeses etc.), para a expansão do mercado de terras, seja para a especulação ou para a ampliação das atividades agropecuárias e minerais ou mesmo apropriação de recursos naturais (água, plantas, madeiras nobres).

Outra face dessa acumulação por espoliação está assentada nas relações de trabalho, em que formas extremamente precarizadas e violentas são cada vez mais utilizadas; dentre elas, ressaltamos o trabalho escravo.

Retomamos aqui a ideia que levantamos, a qual se refere à centralidade do trabalho para a compreensão da realidade, com destaque para o sudeste paraense. Apresenta-se o uso de formas de trabalho como manifestações reais da acumulação por espoliação, e das relações de trabalho que eram comuns na acumulação primitiva, embora com contornos modernos, mas que são condição para a acumulação ampliada do capital, inclusive o financeiro, e, nesse caso, salientamos o trabalho escravo. Logo, em decorrência do desenvolvimento histórico e geográfico desigual do capital, observamos a coexistência de tempos sociais assimétricos, com a reprodução de relações não capitalistas de produção.

O trabalho escravo contemporâneo não tem relação racial como no período colonial brasileiro, mas geralmente atinge homens oriundos de regiões distintas daquela onde sofrem a



escravização, que, por falta de alternativas, se arriscam migrando para outros lugares e, muitas vezes, são aliciados por pessoas que na Amazônia são denominados de “gatos”.

ASI (1999), ao discutir a escravidão contemporânea ou condições de trabalho análogas à escravidão, indica que hoje existem algumas modalidades de escravidão no mundo, a saber: a escravidão tradicional, em que é definida como o “[...] estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, alguns ou todos os atributos do direito de propriedade”, conforme o art. 1º da Convenção sobre escravidão de 1926 (ASI, 1999, p. 50); a escravidão por dívida, referente à condição da troca de serviços para o pagamento de dívidas, porém, como não há equivalência entre o valor recebido e o devido, essa relação se desenvolve constantemente; servidão, que é a obrigação legal ou consuetudinária de trabalhar para outrem sem qualquer remuneração e sem alternativa de mudança dessa condição; casamento servil, que se refere ao casamento obrigatório, sem direito de recusa por parte da mulher; trabalho infantil, quando uma criança ou adolescente é utilizada, com anuência de seus responsáveis, para a prática do trabalho; trabalho forçado, que não é considerado sinônimo de escravo, mas ocorre quando o Estado obriga os cidadãos a trabalharem sob ameaça de punição.

Para Martins (2001, p. 14), a escravidão não é um fenômeno residual, e sim uma

[...] expressão tardia de contradições próprias do desenvolvimento capitalista, que se manifestam em condições econômicas, sociais e culturais particulares. Certas “necessidades” aparentemente secundárias do processo de reprodução ampliada do capital estão se encontrando com sobrevivências culturais do passado, que levam a uma refuncionalização da servidão.

No caso da realidade brasileira e amazônica, a principal forma de escravidão é por dívida, que corresponde à sujeição do trabalhador. “Esta sujeição pode ser física ou psicológica. Meios de atingir a sujeição: a dívida crescente e impagável” (CPT, 1995, p. 46), sendo o cativo constantemente ameaçado para que não venha a fugir.

Essa modalidade de escravidão recriou um sistema de exploração do trabalho que possibilitou a intensificação do processo não capitalista do capital, sendo comuns nos ramos econômicos intermediários e pobres. O processo de terceirização coloca-os a serviço do grande capital e de multinacionais, havendo a vinculação do trabalho escravo à dinâmica do capitalismo, sendo parte integrante do seu desenvolvimento, tornando mais eficientes os mecanismos de reprodução ampliada do capital (MARTINS, 2001).

Ainda segundo Martins (2001, p. 15):



O núcleo explicativo da problemática da escravidão contemporânea está no que Marx definia como composição orgânica do capital. É o capital de composição orgânica alta que regula a taxa média de lucro. Com base nessa premissa, minha hipótese é a de que, nos setores periféricos das economias subdesenvolvidas, que tendem à baixa composição orgânica do capital, a acumulação primitiva do capital tende a se tornar um componente de acumulação originária constante. Isto é, no sentido de que é lenta a superação da acumulação originária por outras formas de acumulação de capital, não necessariamente muito mais avançadas.

Essa forma de acumulação apresenta outros contornos, mas permanece funcional, particularmente nos territórios em que o capital avança de maneira insuficiente, onde a expansão capitalista implica na geração de condições de reprodução ampliada do capital mediante a recriação de relações não capitalistas de produção, como a escravidão ou outras formas não contratuais de força de trabalho (MARTINS, 2001).

Na realidade paraense, esse trabalho escravo é utilizado principalmente no agronegócio, como forma de reduzir os custos de produção, mediante a maior competitividade do produto no mercado interno e externo, pois os custos trabalhistas não são computados no preço final da *commoditie*. Logo, existe uma relação íntima entre trabalho escravo e o agronegócio, visto que, além do fato de o Pará ser o estado com o maior número de trabalhadores libertados entre 1995 e 2004, chegando à margem de 5.695 trabalhadores, em sua grande maioria estavam em propriedades de pecuárias, as quais comercializavam a carne bovina com a União Europeia e a Ásia, dentre outros continentes (SAUER, 2005).

Essa realidade parece não ter se alterado muito nos anos subsequentes, senão vejamos: de acordo com os dados do Ministério Público do Trabalho, de 2016 e 2018, por meio do “Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo”. No Brasil, registra-se 406 casos de trabalho escravo, entre os anos de 2004 e 2017, envolvendo 4.826 trabalhadores. No Pará, no mesmo período, foram 160 casos (39,40 % do total), envolvendo 1.667 trabalhadores (34,54 %), salientando que 124 casos (30,54 %) se situavam no sudeste paraense, somando 1.094 trabalhadores (22,66%) (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2016; 2018).

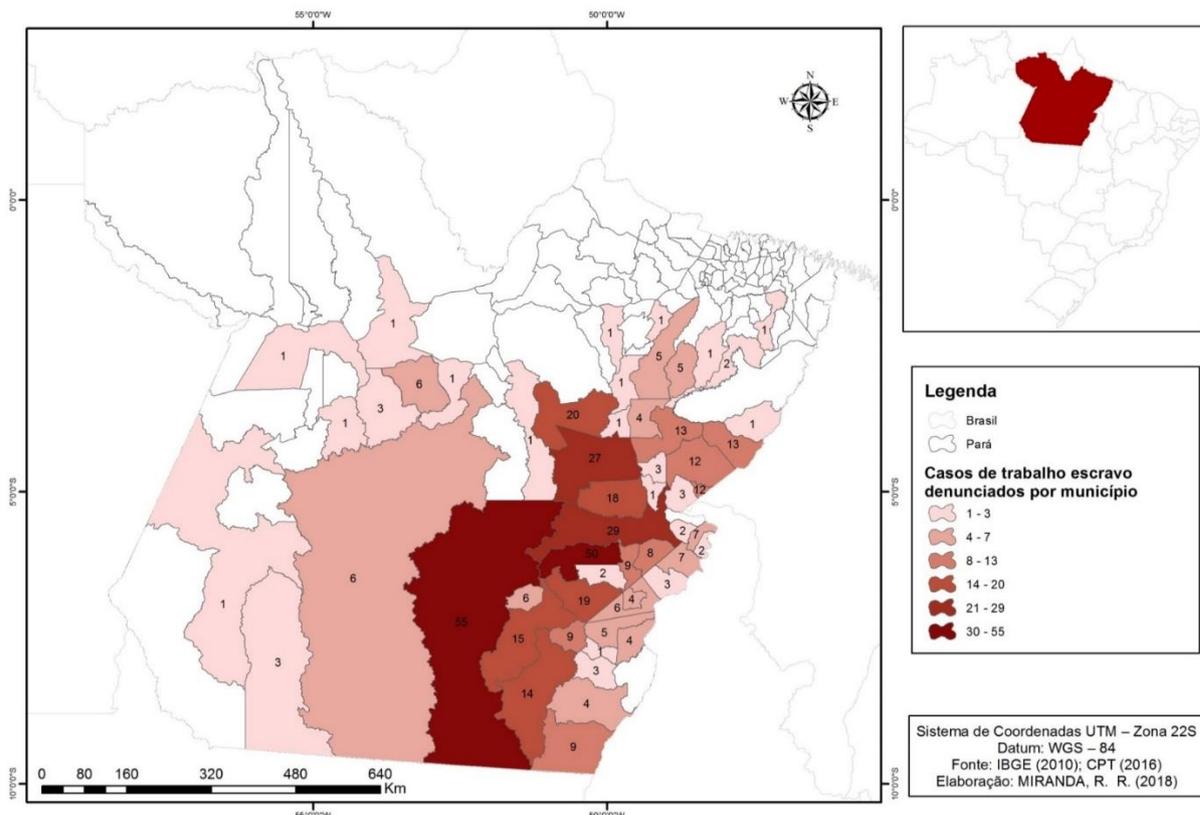
Ao trabalharmos com os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2000; 2002; 2009; 2016), a situação se torna ainda mais alarmante, pois, ao somarmos os casos de trabalho escravo no Brasil nos anos de 2000, 2002 e de 2009 a 2016, eles correspondem a 1.319 situações de escravidão, envolvendo 27.909 trabalhadores. No Pará, foram identificados 439 casos (33,28%) de trabalho escravo, com 9.743 trabalhadores (34,90%), destacando o sudeste paraense novamente como uma das áreas que mais apresentam situação de escravidão, com 379 casos



(28,73% do total) e 7.399 trabalhadores nessa condição (26,51% do total) (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2016; 2018).

A distribuição espacial do trabalho escravo no Pará pode ser visualizada no Mapa 3, no qual observamos a liderança de São Félix do Xingu, Parauapebas, Marabá e Novo Repartimento, apresentando, respectivamente, 55, 50, 29 e 27 casos de trabalho escravo, colocando o sudeste do Pará como a mesorregião de maior ocorrência dessa forma de trabalho.

Mapa 3: **Distribuição espacial dos casos de trabalho escravo no estado do Pará nos anos 2000, 2002 e entre 2009 e 2016**

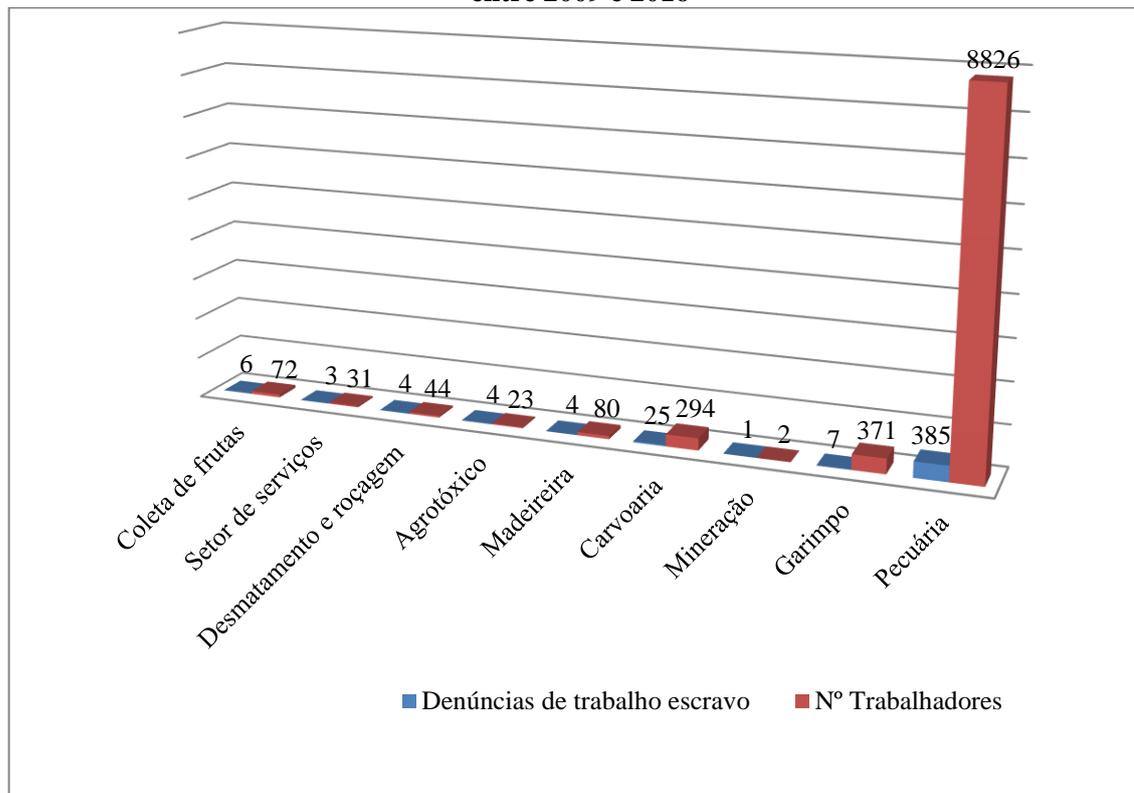


Fonte: Adaptado de CPT (2000; 2002; 2009 a 2016)

O Gráfico 3, por sua vez, indica as atividades nas quais o trabalho escravo é empregado no Pará. É notório que cerca de 385 (87,69%) dos casos de trabalho escravo estejam concentrados na atividade da pecuária; seguida da carvoaria com 25 (5,69%), atividade que transforma a madeira em carvão, o qual é utilizado nas siderúrgicas; e do garimpo de ouro com 7 (1,59%), salientando que correspondem igualmente as atividades com maior contingente de trabalhadores na condição de escravos, a saber: pecuária com 8.826, garimpo com 371 e a carvoaria com 294 (CPT, 2000; 2002; 2009; 2016).



Gráfico 3: Principais atividades em que é empregado trabalho escravo nos anos de 2000, 2002 e entre 2009 e 2016



Fonte: Adaptado de CPT (2000; 2002; 2009 a 2016)

Em suma, o trabalho escravo ainda é recorrente no processo de acumulação capitalista. Particularmente no sudeste paraense, manifesta-se principalmente nas atividades relacionadas ao espaço agrário, as quais são consideradas pelo estado e agentes econômicos como as mais rentáveis economicamente, porém com um alto custo social.

CONCLUSÃO

No sudeste paraense, os setores agropecuário e mineral são considerados os pilares da economia regional, articulados com a economia moderna do capitalismo financeiro, por se tratar de *commodities*. Mas escamoteiam, sob o discurso de desenvolvimento econômico e do aumento das melhorias das condições sociais, materializadas na oferta de empregos diretos e indiretos, relações de trabalho cada vez mais predatórias, precarizadas e violentas.

Dentre essas relações de trabalho, destacamos o escravismo como uma forma de acumulação por espoliação, que é condição da reprodução ampliada do capital, atrelada com o capital financeiro, que, além de expropriar territorialmente um significativo contingente social (camponeses e indígenas) e especular com a terra ou criar condição para ampliar o mercado de



terras, se utiliza de relações de trabalho cada vez mais deletérias, mercantilizando o corpo por meio de trabalho temporário, infantil e escravo.

Muitas dessas formas de trabalho chegam ao conhecimento público em decorrência da ação de movimentos sociais e de organizações como a Comissão Pastoral da Terra. Essa exploração extrema, por outro lado, coloca esses sujeitos sociais em choque com o capital, sendo ela igualmente a condição para que eles se rebelem, em face de experiência extrema da escassez.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Agroestratégias e desterritorialização – Os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B (Org.). **O plano IRSA na visão da sociedade civil Pan-Amazônica**. Belém: Federação de órgãos para assistência social e educacional/FASE; Observatório Comova, 2009, p.57-105.

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses do mundo do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1995, p. 39-56.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANM. **Agência Nacional de Mineração**. Anuário Mineral Estadual Pará. 2016. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-estadual/anuario-mineral-estadual/para>. Acesso em: 13 jul. 2016.

ANTI-SLAVERY INTERNATIONAL - ASI. Formas contemporâneas de escravidão. In: VV.AA. (Org.). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Goiânia/São Paulo: CPT/Loyola, 1999. p. 49-70.

ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. 242 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, agricultura e sociedade) – Instituto de ciências humanas e sociais, Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 39-69.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Caderno Conflitos no Campo – Brasil**. Goiânia/São Paulo: CPT-Loyola, 1995.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Caderno Conflitos**. 2000. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/3-cadernoconflitos?Itemid=-1>. Acesso em: 13 jul. 2016.



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Caderno Conflitos**. 2002. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/3-cadernoconflitos?Itemid=-1>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Caderno Conflitos** 2009-2016. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/3-cadernoconflitos?Itemid=-1>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Editora, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**, 2000. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**, 2005. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**, 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**, 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. O aço da devastação: crimes ambientais e trabalhistas na cadeia produtiva da indústria siderúrgica instalada na Amazônia. São Paulo-Brasil, 2011. **Revista Observatório Social**, edição especial. Disponível em: <https://papelsocial.files.wordpress.com/2011/06/o_ac3a7o_da_devastac3a7c3a3o1.pdf>. Acesso em: 6 maio 2016.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Na trilha da Saúde do Trabalhador**: a experiência de Franca. Franca: UNESP, 2009.

LUKÁCS, Giorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. A escravidão na sociedade contemporânea - a reprodução ampliada anômala do capital e a degradação das relações de trabalho. **Revista do Ministério Público do Trabalho / Procuradoria-Geral do Trabalho**, Brasília, ano XI, n. 21, 2001, p.13-20.



MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

MARIN, Rosa. E. A.; EMMI, Marília. F. De Posseiros a Assentados: A Precariedade das Ações Fundiárias no Sudeste do Pará. In: Maria Célia Nunes Coelho; Raymundo Garcia Cota. (Org.). **10 Anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: Editora UFPA, 1997. p. 251-274. v. 1.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Marcelo Melo dos. **A crise no setor siderúrgico do Distrito Industrial de Marabá e as estratégias empresariais**. 138 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá-Pará, 2015.

SAUER, Sérgio. **Violação dos direitos humanos na Amazônia**: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Por uma geografia do trabalho! (Reflexões Preliminares). In: **Scripta Nova**, Barcelona, v. 6, p. 2-21, 2002.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora. In: THOMAZ JUNIOR, Antônio; CARVALHAL, Marcelo Dornelis; CARVALHAL, Terezinha Brumatti (Orgs.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2006. p. 130-167. v. 2.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.